

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Fórum de discussão permanente sobre o processo de reabertura da Rodovia BR-319

No dia 20 de fevereiro de 2018, às 18h, na Câmara Municipal de Manicoré/AM, realizou-se audiência pública para tratar sobre o processo de reabertura das Rodovias BR-319 e AM-364.

Foi apresentado um vídeo com fotografias demonstrando as condições precárias de trafegabilidade da estrada AM – 364 (ramal de Manicoré). Em seguida, foi composta a mesa com as seguintes autoridades:

Rafael da Silva Rocha – Procurador da República no Amazonas
Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros – Prefeito de Manicoré
Bernardino José Lindoso Neto – Vereador Presidente da Câmara Municipal
Carlos Eduardo Gomes Pontes – Superintendente Substituto do DNIT
Dr. Marcos Maurício Silva – OAB/AM
André Marcílio – Presidente da Associação de Amigos e Defensores da BR-319
Francisca Dionéia Ferreira – SEMA
Victor Bruno Alexandre - ICMBio
Mércia Monteiro – Secretária Executiva da SPF
Keite Maciel da Gama – Diretora Técnica da SPF
Advogada Altamira Ulchoa – Representante da Subseção OAB/AM – Humaitá
2º Tenente Taís de Almeida da Silva - 2º Grupamento de Engenharia do Exército
Francisca Pimentel – Gerente da RDS Rio Amapá – SEMA
Daniela Toilza Nunes – Departamento de Proteção Social Especial – SEAS
Quésia Reis – Casa do Rio – Careiro
Rodolfo Oliveira – Programa Terra Legal
José Max Dias Figueira – IPAAM

O Prefeito de Manicoré fez a abertura da audiência pública. Inicialmente, declarou que se trata de um evento muito importante pela presença de um conjunto de autoridades na cidade, e que sem a pavimentação da AM 364 nada adianta a reabertura da BR 319. Disse que a população de Manicoré não conhece o distrito de Santo Antônio do Matupi, que fica a 600 km pela estrada, onde se produz manteiga, queijos, carne (“a melhor picanha do mundo”), produtos que não são conhecidos pela população de Manicoré por falta de ligação por estrada. Afirmou que a reabertura das estradas deverá gerar empregos. Além disso, também é importante para garantir que a Prefeitura consiga acessar comunidades distantes como o Rio Novo, o Igapó-Açu e outras localidades. Pediu união de todas as autoridades municipais para conseguirem a reabertura das estradas.

A seguir, falou o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Neto. Começou dizendo que Manicoré agradece a vontade de todos os presentes em tomar parte na luta pelo desenvolvimento social e econômico do município. Cumprimentou os demais vereadores e secretários municipais, assim como todos os cidadãos presentes. Entende que a produção rural do município tem valor muito baixo, e o funcionamento das estradas deverá aumentar a produtividade, incentivando os produtores e alavancando a economia local, com geração de emprego e renda. Falou sobre as dificuldades no transporte na época chuvosa.

Em seguida, o Dr. Rafael da Silva Rocha passou a presidir a audiência pública - reunião do fórum permanente de discussão sobre o processo de reabertura da BR 319. Inicialmente, agradeceu a administração municipal pela ajuda na viabilização do evento e parabenizou todos os presentes. Apresentou a pessoa responsável pela realização das inscrições para as falas, pelo tempo de 2 minutos para cada intervenção, em 5 blocos com 5 perguntas em cada bloco.

Falou sobre o vídeo apresentado, que demonstra a viagem que o MPF já realizou diversas vezes. Porém, excepcionalmente dessa vez, a viagem foi pelo rio Madeira.

Esclareceu que o papel do fórum é contribuir para a recuperação plena da trafegabilidade da rodovia e, por isso, discute todas as questões correlatas a este objetivo, inclusive as medidas de governança necessárias para garantir a reabertura da BR 319. Nesse sentido, o MPF convidou órgãos públicos e sociedade civil para participarem de reuniões periódicas, e hoje Manicoré sedia uma dessas reuniões do fórum. Afirmou que o papel do MPF é de mediação, e não de coordenação do fórum. Apresentou algumas premissas básicas do fórum: paciência com os impasses antigos cuja solução não será apresentada como um passe de mágica; humildade para reconhecer o trabalho preexistente da RETA (que o fórum consolida e oficializa) e persistência para pavimentar o caminho da governança.

A premissa das discussões é de que todos os participantes do fórum são favoráveis à pavimentação com sustentabilidade e responsabilidade, de forma a não colocar em risco o meio ambiente e outros aspectos (como a segurança pública, que pode ser impactada pelo fluxo migratório). Embora todos concordem com a premissa básica, existem divergências quanto ao tempo e ao modo de fazer essa pavimentação, quanto aos estudos e licenciamento prévios, e outros assuntos.

Algumas pessoas sustentam, por exemplo, que o licenciamento ambiental seria desnecessário porque a estrada já existe. A posição do MPF é de que o licenciamento ambiental é necessário. No entanto, esta divergência não impede o diálogo e a vontade de buscar as soluções.

Afirmou, ainda, que o fórum serve também para colocar em contato todos os órgãos envolvidos com a reabertura da BR - 319, promovendo sinergia. Suas reuniões são abertas, as atas são públicas e estão disponíveis para qualquer interessado. O fórum busca obter capilaridade na participação social, incluindo as pessoas do interior no processo de discussão. Por isso, a ideia de realizar reuniões itinerantes, fora de Manaus, sendo a primeira delas esta de Manicoré. Concluiu dizendo que a perspectiva é positiva, pela qualidade das pessoas envolvidas no processo, imbuídas de boa vontade.

A seguir, passou a palavra a Dionéia Ferreira, da SEMA, que cumprimentou a mesa e a plenária na pessoa do Secretário de Meio Ambiente de Manicoré. Disse que a BR 319 será asfaltada, e que fala como uma pessoa de Humaitá, servidora do governo, que acompanha este processo desde 2009. Pontuou que antes havia um embate entre os órgãos (DNIT, Ibama, MPF). Porém, a partir de março de 2016, quando vieram pela primeira vez a Manicoré, esta situação foi modificada. Como o licenciamento da BR 319 é realizado pelo Ibama, o papel da SEMA é de fortalecimento da governança na região, procurando garantir que o asfaltamento não coloque em risco a manutenção dos modos de vida das populações que dependem dos recursos naturais, trabalhando com a gestão das unidades de conservação criadas neste território. Um dos argumentos que o DNIT usou para obter o licenciamento dos serviços de manutenção, que está vigente, foi a existência das UC's, que estão em processo de implementação, mas ainda assim serviram como garantia mínima para que a licença pudesse ser emitida. Informou que estudos apontam que o Rio Madeira deverá sofrer 50% mais os efeitos das mudanças climáticas que os demais rios da Amazônia, e a BR 319 é entrecortada por igarapés que alimentam este rio, assim como o Purus. Daí a responsabilidade com que devem conduzir o processo para que a estrada saia com sustentabilidade.

O próximo a falar foi André Marcílio, Presidente da Associação de Amigos da BR 319. Disse inicialmente que esta é a 5ª reunião do fórum e, dessa vez, estão mais para ouvir do que para falar. Relembrou que a associação foi uma das entidades que provocou o MPF para que o fórum fosse criado, sem o que jamais todos os órgãos estariam sentados na mesma mesa.

Declarou que a repavimentação completa da BR 319 é objeto de muitas especulações. No entanto, este processo não tem volta, o que se discute é apenas a maneira de fazer este asfaltamento, utilizando como parâmetro a BR 174, onde não se degradou a floresta. Afirmou que existem muitos guardiões e protetores da floresta na BR 319. A associação luta também pela garantia da sustentabilidade da floresta, junto com a questão econômica e social. Informou que nenhum governador assumiu compromisso público com a BR 319. Em janeiro, o MPF fez uma provocação aos órgãos para demonstrarem suas necessidades para a governança da BR 319, e a associação vai cobrar de todos os órgãos que cumpram seus respectivos papéis, diretos ou indiretos. Comprometeu-se a abraçar também a luta pela AM 364, sendo inadmissível a situação atual. Por fim, reconheceu que precisam desta estrada para escoar a produção e gerar empregos em Manicoré.

A seguir, falou o Dr. Marcos Maurício, da OAB/AM. Começou dizendo que o vídeo demonstra a situação da AM 364, a qual viola o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil. Afirmou que acredita na pavimentação da BR 319 e da AM 364, mas somente com o engajamento de cada um, procurando demonstrar a importância do exercício da cidadania. Falou sobre os altos preços das passagens aéreas e da demora do transporte hidroviário. Perguntou a quem interessa o abandono dessas rodovias, que foram construídas na década de 70 e foram abandonadas pelo Poder Público. A partir de um diálogo construtivo, não pode deixar de fazer uma reflexão sobre este cenário de desrespeito com a população de Manicoré. É preciso que cada um entenda seu papel neste processo, exercendo suas garantias constitucionais de cidadão, como o direito de petição junto aos órgãos públicos. Leu os artigos da Constituição que tratam destes direitos.

Argumentou que os procedimentos de licenciamento ambiental precisam obedecer um cronograma. Que os estudos já haviam sido concluídos e depois surgiu mais uma necessidade: de estudar as populações indígenas. Que a OAB entende ser desnecessário o EIA-RIMA porque se trata apenas da recuperação de uma rodovia já existente. Que a empresa contratada para os estudos indígenas apresentou um cronograma até maio de 2019, a partir do qual o IBAMA terá um prazo de 180 dias para analisar o EIA-RIMA e, se for o caso, expedir a LI e depois a LO, as quais, assim, se tudo der certo, poderão ser expedidas no final de 2019, sendo este um dado importante para o conhecimento de todos.

A seguir, falou o representante do ICMBio, Victor Bruno – gestor da Resex Lago do Capanã Grande. Disse que a BR 319 é um assunto importante para 9 municípios. Falou sobre o papel do ICMBio na gestão das unidades de conservação. As estradas podem trazer impactos ambientais e, por isso, o meio ambiente está inserido na discussão. A maioria das pessoas enxerga a gestão ambiental como vilã, mas o ICMBio já possui 11 UC's federais na área de influência da BR, criadas por lei, e na teoria deverão ter a ação do Estado, o que pesará a favor da reabertura da estrada. Sem estas UC's, o licenciamento seria muito mais difícil.

Relembrou que o órgão licenciador é o Ibama. Informou que houve um aumento das infrações ambientais – invasões e loteamentos – à beira da estrada por migrantes de outros Estados, desde o ano de 2015 até agora. Nesse sentido, a venda de terrenos tem aumentado, dentro da faixa de domínio da BR, que pertence à União, e são portanto loteamentos irregulares. Sobre o EIA-RIMA, entende que este é necessário, porque a estrada é um vetor para muitos impactos, principalmente os que ocorrem depois da abertura. Pontuou que a largura da pista hoje existente é insuficiente para o trânsito de pessoas e cargas (mercadorias), e pode haver mais demanda para abertura de outras áreas, causando desmatamento e soterramento dos igarapés que alimentam o Rio Purus e o Rio Madeira. Por fim, esclareceu que a BR tem um trânsito intenso de animais silvestres.

Após, falou o superintendente substituto do DNIT/AM, Eduardo Gomes Pontes. Disse ser a primeira vez que visita Manicoré e percorreu a AM 364, a qual está intrafegável. Esclareceu sobre a missão institucional do DNIT, que cumprirá todas as suas atribuições referentes à questão ambiental, que é extremamente importante. Pretendem retirar os entraves para poder concluir a missão e permitir a trafegabilidade, interligando os municípios envolvidos com Manaus, para escoar a produção agrícola e gerar renda e emprego de forma sustentável e responsável.

Em seguida, foi aberta a palavra à plenária, com a lista de 5 pessoas inscritas até agora, pelo prazo de 2 minutos para cada um, com as respostas da mesa pelo tempo também de 2 minutos.

O primeiro a falar foi o Sr. René Ribeiro de Araújo, morador de Manicoré. Disse que trabalhou em empresa de terraplanagem e asfalto e que o serviço precisa ser fiscalizado pelo próprio município, além da fiscalização do DNIT. Que a garantia da obra é dada pelo laboratório de solo, demonstrando a resistência do mesmo, sendo preciso fiscalizar o peso que a estrada poderá aguentar.

Depois, falou o Sr. Isaque Dantas. Considera que em Rondônia existem municípios ricos e a capital “mais ou menos”; e no Amazonas, a capital é rica e os Municípios são pobres. Os municípios são excluídos do desenvolvimento, e não existem projetos para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Na sua visão, os habitantes dos municípios só terão outra qualidade de vida através das rodovias. Citou que quem já dirigiu de Manaus até a Venezuela verá trechos sem nenhum buraco. Apontou que falta vontade política para que a BR 319 saia e possa melhorar a qualidade de vida das pessoas. Pediu ao fórum que fiscalize o uso do dinheiro público na obra, citando o Porto feito pelo DNIT como exemplo de falta de planejamento, e perguntou ao DNIT porque só agora resolveram fazer da forma correta o porto do município. E porque ainda não houve a construção dos outros portos na calha do Madeira, como em Borba.

A seguir, falou o Sr. Paulo Roberto Ferreira Lagos. Perguntou ao DNIT e ao MPF porque a antiga BR 174 foi repassada para o Estado e passou a se chamar AM 364, deixando de ter obras de manutenção e conservação.

Depois falou o Sr. Leandro Vasconcelos Costa, fazendo a mesma pergunta anterior e sobre o que aconteceu com o contrato que existia com a empresa que era responsável pela manutenção do ramal de Manicoré, e que tinha prazo de vigência de 6 anos.

A seguir, falou o Sr. Rodolfo Oliveira, representante do INCRA e morador de Manicoré. Perguntou sobre o licenciamento da AM 364, se poderia ser realizado pela SEMMAS – Municipal ou pelo IPAAM, já que a estrada agora é estadual.

Retornando a palavra à mesa, o Dr. Rafael fez uma breve retrospectiva sobre as falas da plateia, esclarecendo que todas as falas estão sendo registradas na ata e podem ser feitos encaminhamentos específicos para cada órgão quanto às providências solicitadas. Sobre a competência para o licenciamento da AM 364, a LC 140/2011 dispõe que o IBAMA tem atribuição para licenciar as rodovias interestaduais ou que cortam TI's e/ou UC's federais, por isso é preciso analisar os mapas e coordenadas geográficas, mas em princípio não vislumbra nenhuma hipótese de competência do Ibama para licenciar a AM 364. O fato de ser uma rodovia federal, por si só, não é suficiente para levar a atribuição do licenciamento ao Ibama.

Em seguida, o representante do DNIT respondeu sobre os portos. Disse que não atua na área hidroviária, e que a superintendência hidroviária (Dr. Evailton e Luciano) fica no mesmo endereço do DNIT (superintendência rodoviária) e pode ser instada a prestar os esclarecimentos.

Sobre a transferência da AM 364 para o Estado do Amazonas, esclareceu que em junho de 2017 o DNIT terminou seus trabalhos de forma precoce na rodovia, porque perdeu a vigência a Medida Provisória do ano de 2002, que a empresa contratada (e que tornou o trecho trafegável) teve o contrato suspenso. Em agosto, o setor de engenharia do DNIT elaborou uma nota técnica e um memorando à Diretoria Geral em Brasília e ao Ministério dos Transportes, alertando sobre a situação e demonstrando interesse em continuar a manutenção do trecho (coincidente com a BR 174), mas não obtiveram resposta até agora. Relembrou que a SEINFRA foi convidada para participar desta audiência pública, mas não pôde comparecer. Informou que, no dia de ontem, a Diretoria Técnica elaborou uma nova nota técnica para responder ao MPF sobre as condições da estrada, reafirmando este interesse em continuar a trabalhar neste trecho. Hoje, a responsabilidade pela estrada é do governo do Estado do Amazonas.

Após, o Dr. Marcos Maurício da OAB/AM reafirmou que Estado e União precisam dialogar. Na sua visão, salta aos olhos a informação de que não houve planejamento para a transferência da responsabilidade entre os entes. Entende que a responsabilidade pela intrafegabilidade da estrada é de ambos, pela falta de diálogo e planejamento que causou novamente o isolamento do município de Manicoré pela via rodoviária.

O Dr. Rafael informou que a SEINFRA foi convidada e confirmou presença, mas hoje comunicou que o servidor designado não conseguiu passagem para o deslocamento. Assim como o Ibama, que está ausente, alegando falta de segurança, talvez motivado pelo episódio que ocorreu em Humaitá.

A seguir, passou-se ao segundo bloco de perguntas, sendo o primeiro a falar o Vereador Nelson Mota Monteiro, o qual perguntou ao Sr. André sobre como podem fazer para estender o trabalho da associação para a AM 364, ou se podem fazer uma associação própria da AM 364. Perguntou também ao Prefeito Sabá se já procurou o Governador do Estado ou a SEINFRA para cobrar a restauração do Ramal da Democracia – AM 364. E ainda lamentou a ausência de órgãos importantes, principalmente da SEINFRA, e de algumas forças políticas locais que não estão presentes.

Depois falou o vice-Prefeito, Jeferson Campos, dizendo que está feliz por não ver ninguém contrário à BR 319, e que acredita que a mesma será asfaltada, mas pergunta quando.

Em seguida, falou o Sr. Roberto Magno Oliveira, do DNIT. Questionou o representante do ICMBio sobre a explanação que deu sobre a largura da pista, e que não seria suficiente, já que a BR 319 está pavimentada em alguns trechos, todos com a mesma largura, onde passam carretas e todos os tipos de veículos, até mesmo os que são proibidos, como aqueles acima de 23 toneladas. Garantiu que a rodovia segue um padrão, como todas as demais existentes.

Depois falou Miquéias Souza dos Santos, morador de Manaus que conhece várias cidades do interior. Reconhece que o objetivo do fórum é a sociedade, as pessoas de Manicoré e dos outros municípios. Pontuou que as melancias, bananas e outros produtos que chegam em Manaus são de Boa Vista, trazidos pela BR 174. Entende que todas as questões ambientais e técnicas podem ser resolvidas, mas o governo precisa ter compromisso com os prazos e em atender o que promete. O Prefeito poderia solicitar ao Governo do Estado mais policiais militares, mais profissionais de saúde e outros, já antevendo os problemas que podem vir com o asfaltamento da estrada. Apesar dos problemas, acredita que o balanço da pavimentação da BR 319 será positivo, promovendo o acesso das pessoas.

No final do segundo bloco, falou o Sr. Antônio Macedo, diretor do consórcio responsável pelo gerenciamento dos programas socioambientais da obra em execução na BR 319, conforme a licença vigente expedida pelo Ibama.

Seu trabalho não entra naquilo que ainda está em fase de EIA-RIMA (componente indígena). Afirmou que o licenciamento ambiental é uma necessidade pacífica, decorrente da legislação brasileira. O instrumento mais adequado é uma etapa de discussão que já passou, tendo sido escolhido o EIA, que já está em elaboração. Assim, precisam passar essas etapas. Entende que a viabilidade da estrada já está implícita, mas precisa ser amarrada com as condicionantes que garantam a sustentabilidade, contemplando a natureza e o homem. Comparando com outros empreendimentos, um ponto positivo é que a BR 319 está acompanhada em todo o seu trecho por UC's, mas a gestão das mesmas precisa ser fortalecida. Alertou que não podem esperar o asfalto para depois tratar da relação com as comunidades ou com as UC's. Isto precisa ocorrer desde agora, pois já existem obras sendo executadas. Precisam estreitar a relação do gerenciamento ambiental da obra com a SEMA e o ICMBio, de modo que seja possível atuar em conformidade com os planos de manejo das UC's.

Foram encerradas as inscrições. Passou-se a palavra aos integrantes da mesa.

O Prefeito Sabá Medeiros informou que a AM 364 sempre foi estadual. Foi entregue pelo ex-governador José Lindoso, passou a ser BR por um tempo e agora tornou a ser AM novamente. Procurou o então governador David Almeida e solicitou providências quanto à manutenção da AM 364. Também fizeram o apelo ao DNIT, perguntando o que aconteceu com o contrato que era existente, para a manutenção, e que tinha prazo de 6 anos. Participou de movimento com a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, pedindo que a estrada voltasse a ser uma BR. Contam com o apoio do Senador Acyr Gurcaz para intervir junto ao governo federal neste sentido. Há alguns dias atrás, teve audiência com o Governador e o Secretário da SEINFRA, o qual pediu um relatório minucioso da situação da estrada. Está preparando este relatório e espera ser respondido pelo governo do Estado.

O Sr. André Marcílio disse que a associação dos amigos e defensores da BR 319 foi criada com a força do movimento que resultou na trafegabilidade da estrada durante o ano inteiro, fato que está acontecendo pela primeira vez em 28 anos. Sabiam que outras demandas surgiriam com o tempo. Abraçaram a causa da BR 230 também, provocando o poder público. Cogita chamar uma assembleia geral da associação para incluir no nome da associação a defesa também da AM 364. Está ajudando a criar uma cooperativa de trabalhadores que fazem o transporte entre Manaus e Manicoré, e orientou a criação da associação de amigos da AM 364. Entende que a criação de mais uma associação fortalece a luta. Tanto que já cedeu cópias dos documentos da associação para usarem como parâmetro. Em 2019, será entregue o último estudo do Termo de Referência celebrado entre Ibama e DNIT, referente ao componente indígena, e acredita que a partir daí não haverá mais entraves ao licenciamento. Depois, haverá os procedimentos burocráticos de licitação para o loteamento de trechos para empresas que serão contratadas para fazer o asfaltamento. Pretendem que o Exército também participe deste asfaltamento.

Em seguida, o Sr. Eduardo do DNIT disse que almeja que a pavimentação do trecho do meio ocorra durante o ano de 2019, mas não pode se comprometer, pois depende de outros órgãos e de procedimentos burocráticos do próprio DNIT. Afirmou que a questão ambiental é indissociável do empreendimento. Dependem também da disponibilização de recursos. Por isso, pretende trabalhar com os anos de 2019 e 2020 como prazo para que a BR 319 seja pavimentada.

O Dr. Marcus Maurício da OAB informou o cronograma que foi apresentado na 2ª reunião do fórum, sendo que o término do estudo do componente indígena está previsto para maio de 2019. A partir daí, o Ibama tem até 180 dias para examinar e expedir as licenças. Ou seja, é possível que até o final de 2019 não haja sequer o licenciamento ambiental.

Depois, o servidor Victor Bruno, do ICMBio, respondeu ao questionamento do representante do DNIT. Disse que seu posicionamento foi extraído das viagens de fiscalização que realizou na rodovia, mas acredita no que a pessoa que trabalha no órgão responsável diz no sentido de que a largura da pista atende aos padrões, o que é uma informação positiva para o meio ambiente, pois assim não haverá demandas futuras por novas ampliações. Sobre a integração com o consórcio que atua no gerenciamento ambiental da BR 319, concorda totalmente com isso, pois sua UC (Resex do Lago do Capanã Grande) é atingida diretamente em 70 km pela BR. Reiterou que, com a perspectiva da pavimentação, estão aumentando as invasões e loteamentos nos fundos da Resex, por pessoas de fora da região. Lamenta que o meio ambiente não seja prioridade dos governos, mas entende que o desenvolvimento econômico precisa ser acompanhado da gestão ambiental. Pediu ajuda do MPF para que o ICMBio consiga mais servidores, assim como o Ibama e o Ipaam, para fazerem frente às infrações que ocorrem em Manicoré e na região da BR.

Por fim, a Sra. Dionéia da SEMA falou sobre o processo de reconhecimento do mosaico de UC's da BR 319, com tratativas entre as UC's estaduais e federais para integrarem a gestão. Uma vez reconhecido o mosaico, poderão passar à criação do seu conselho e à gestão integrada. Também tem interesse no trabalho conjunto com o consórcio contratado pelo DNIT para a gestão ambiental das obras de manutenção da BR 319. Aposta que a inauguração da BR 319 pavimentada se dará no início de 2022, desde que o processo que vem ocorrendo seja continuado. Reconhece que esta é uma visão otimista considerando o trabalho do fórum, o qual envolve também a regularização fundiária (SPF) e muitas outras questões.

Iniciando o terceiro e último bloco de perguntas, falou o Vereador Luzinei Delgado. Pediu que a discussão passe sempre pela pavimentação da AM 364, sem o que a BR 319 pavimentada terá pouca utilidade para os moradores de Manicoré. Depois das UHE's em Porto Velho, o Rio Madeira perdeu parte de sua navegabilidade, principalmente no verão, e por isso dependem cada vez mais da estrada para sua locomoção.

Depois falou o Sr. Cristian Alfaia. Disse que não possuem o direito constitucional de ir e vir, e que precisam das estradas para escoamento da produção e deslocamento das pessoas até Manaus. Perguntou por que o Estado não usa seu poder para asfaltar a BR 319. Acredita que falta "força de vontade", pois, quando a estrada foi aberta, o Estado não consultou ninguém sobre esta abertura. Argumentou que o Ibama é um órgão federal, a SEMA e SEINFRA são estaduais, e todos estão submetidos ao poder do Estado. Pediu urgência na manutenção da AM 364.

A seguir, o sr. Kennedy perguntou ao MPF se poderia realizar uma auditoria no contrato de reabertura do ramal de Manicoré, pois este tinha como objeto a manutenção durante 6 anos. Portanto, não pode de repente ser extinto. Foram feitos pagamentos para a TESCON, de acordo com o que estava estipulado no objeto deste contrato. Pediu uma resposta concreta sobre quanto se utilizou de dinheiro público, e como foi utilizado. Concluiu afirmando que os moradores de Manicoré precisam dessa explicação.

Depois, falou o Sr. Paulo Albuquerque, deixando à disposição seus programas de rádio para repassar informações ao público sobre os trabalhos do fórum. A população precisa ser instada a se manifestar, pois Manicoré o maior produtor de melancia do Amazonas e perde sua produção por falta de escoamento. Perguntou ao Victor, do ICMBio, qual o padrão da largura de uma BR. Ressaltou a falta de vontade política na pavimentação da estrada. A população fica isolada e não tem conhecimento sobre o que está acontecendo. Pontuou que a vontade política já está aparecendo com a proximidade das eleições, mas os cidadãos precisam prestar atenção nestas promessas.

Após, falou o Sr. Leandro Vasconcelos Costa. Denunciou que jipeiros (trollers) estão estragando a estrada e tirando o direito de ir e vir dos moradores. A população de Manicoré apoiou o atual governador e agora, em ano eleitoral, precisam de uma resposta política sobre a situação do ramal. Perguntou o que podem fazer a respeito dos trollers.

A seguir, falou o vereador Michel. Disse que o povo de Manicoré deveria ter se feito mais presente na audiência, mas na plateia mais se vêem funcionários e autoridades. Repetiu o problema dos jipeiros que vêm a Manicoré apenas por aventura, e acabam com a estrada para as pessoas que dependem dela para sobreviver. Considera que as reservas são importantes. Porém, mais de 60% do território do município já é área protegida, e isto já seria muito. Caso seja necessário ampliar a pista da estrada no futuro, devem poder fazê-lo sem que o meio ambiente seja um empecilho. Frisou que Manicoré é grande produtor de banana, de alta qualidade. Cobra que o governo do Estado e o DNIT possam dar condições para as pessoas trabalharem. Sobre o porto de Manicoré, repetiu o questionamento, sendo falta de respeito com o dinheiro do povo.

Encerradas as manifestações da plenária, a palavra foi devolvida à mesa para responder aos questionamentos e também para cada integrante fazer suas considerações finais.

O Dr. Rafael esclareceu sobre as “denúncias” feitas ao MPF, falando sobre o projeto MPF na Comunidade. Pediu que as pessoas realizem as representações pelos meios normais, ou seja, através da sala de atendimento ao cidadão (no site ou no local), ou pelo protocolo do MPF, apresentando todos os elementos que tiverem para que o MPF adote providências sobre cada caso.

Sobre o padrão de largura de uma rodovia federal, o Sr. Roberto do DNIT esclareceu que existem vários padrões, dependendo do tipo de rodovia e volume de tráfego. A BR 319 tem um padrão de Humaitá a Porto Velho com duas faixas mais acostamento (que ali é maior devido ao terreno que possibilitou isto). No Careiro Castanho, são duas pistas com 5 metros, mas existe um problema de largura de acostamento pois é uma rodovia construída totalmente sobre aterro, que existe há 40 anos. Com a licença para restauração da BR 319, poderão usar o mesmo padrão no trecho do meio, possibilitando a passagem de carretas e o que for necessário. Disse também que o contrato de manutenção com a TESCON para a AM 364 não era de 6, e sim de 2 anos. Este contrato começou em 1º de julho de 2014, quando foi assinada a ordem de serviço. Em 2016, o contrato esgotou e o prazo foi renovado por mais 1 ano. Mas com a 2ª renovação (em 2017), a estrada voltou a ser estadual, o contrato com a TESCON foi suspenso e o dinheiro que já havia sido empenhado foi realocado para outros contratos.

Como considerações finais, o Dr. Rafael agradeceu a todos e avaliou que o evento foi um momento muito produtivo, propiciando o contato direto com a realidade local e com riqueza de informações.

O Sr. André Marcílio também agradeceu pelo rico debate e disse que já representou ao MPF sobre o tráfego de caminhões acima de 23 toneladas na BR 319, pedindo o bom senso dos responsáveis por este tráfego, principalmente na época de inverno. Declarou que a associação tem conseguido muitas coisas junto ao poder público, e se compromete a incluir a AM 364 nas suas ações. Entende que houve um “crime de lesa-pátria” com a explosão da BR 319.

O Vereador Neto, Presidente da Câmara, disse que ambas as estradas são de grande importância para interligar Manicoré às capitais (Porto Velho e Manaus), facilitando muito a vida das pessoas e trazendo um desenvolvimento socioeconômico satisfatório.

Entende que a responsabilidade é tanto do Governo Federal como do Governo do Estado. Nesse sentido, os vereadores de Manicoré têm estado presentes nos movimentos realizados pelos Senadores e outros atores políticos na BR 319, cobrando a sua reativação junto com a AM 364. Hoje tiveram o privilégio de ouvir várias instituições e pessoas que entendem do assunto.

O Sr. Eduardo, representante do DNIT, falou que pode explicar ao interessado sobre o contrato, que segue a tabela SINAPE de preços por regiões, com metodologia própria para realizar suas licitações, que é elogiada inclusive internacionalmente. Sobre a pavimentação da AM 364, frisou a necessidade de resolução da seguinte questão: se estrada irá ou não voltar para o governo federal, ou se o governo do Estado irá assumir sua manutenção. Ratificou o cronograma apresentado pelo Dr. Marcus da OAB e ponderou que o prazo é até 2018, pois estão cobrando maior celeridade das empresas contratadas. Informou que o levantamento do componente indígena será iniciado no próximo mês de março, e por isso mantém a data informada entre 2019-2020 para a reinauguração da BR 319.

Depois falou o Dr. Marcos, em nome da OAB, pedindo que todos sigam engajados nesta luta e deixou como reflexão postulado de Santo Agostinho sobre manter a capacidade de indignação. O que deve ser conjugado com a capacidade para agir e lutar por nossos direitos.

A seguir, o servidor Victor, do ICMBio, disse que a BR 319 e a AM 364 são de vital importância para Manicoré, mas não são o remédio para todos os males. Assim como a pavimentação das estradas, o povo deve cobrar também melhorias na saúde, educação, segurança pública, lazer e cultura. Entende que o pleito da reabertura das estradas não deve ser usada como moeda eleitoral. Também lamentou que a população de Manicoré não tenha ocorrido em massa à audiência.

Depois falou a Sra. Mércia da SPF, que convidou o Prefeito para discutir também a regularidade fundiária, dentro das unidades de conservação ou de áreas do Estado, podendo tratar de forma paralela esta problemática, de forma a poder beneficiar a população em relação a títulos definitivos e CDRU's, deixando este legado na região da BR 319. Reconhece que é difícil levar a regularização fundiária para o interior por limitações logísticas e financeiras, mas reiterou a boa vontade existente no Governo do Estado.

A Sra. Dionéia, da SEMA, falou que o crescimento da participação, tanto das instituições como da população, é um processo muito bonito. Como humaitaense, do Lago das Piraíbas, sabe que no final de tudo os maiores interessados na manutenção da floresta são os moradores do Rio Madeira, pois são os que mais sofrem com os impactos ambientais. O Rio Madeira está ameaçado, e precisam agir com precaução. Ponderou que a questão ambiental não pode ser discutida com rivalismo ou achando que atrapalha o desenvolvimento, mas cada um precisa ter a responsabilidade de entregar o Rio Madeira da forma como recebeu, ou melhor, para as gerações futuras. Ninguém pode fugir desse compromisso e todos devem tratar de forma muito séria a questão ambiental. O Rio Madeira é como o próprio sangue que corre nas veias dos moradores da sua calha. Precisam ter sabedoria para definir como chegar a seu futuro comum e o que fazer com os recursos que lhes foram dados.

O Prefeito Sabá Medeiros agradeceu a presença de todos e em especial das pessoas que vieram de fora, citando nominalmente os visitantes e especialmente o Dr. Rafael do MPF, pois sua presença confirma que não existe politicagem neste trabalho sério a favor da BR 319 e da AM 364. Entende que o MPF precisa olhar o problema de vários prismas, mas agradece a vontade de ajudar o poder local a resolver os problemas que atrapalham a pavimentação. Recordou que a Gleba José Lindoso foi arrecadada novamente para o Estado do Amazonas, e o Município de Manicoré não tem nenhum palmo de terra para sua população. Informou que estão fazendo as gestões necessárias junto à SPF para resolver este problema e para melhorar a vida dos moradores de Manicoré.

Por fim, o Dr. Rafael declarou encerrada a audiência pública e a 5ª reunião do fórum da BR 319.